

**RECRIAÇÕES HERÁLDICAS NUM INTERIOR PALACIANO
NOVECENTISTA: A TORRE DE SÃO SEBASTIÃO, EM
CASCAIS, ENTRE JORGE O'NEILL E OS CONDES DE CASTRO
GUIMARÃES**

**HERALDIC RECREATIONS IN A NINETEENTH-CENTURY
PALACE INTERIOR: THE TOWER OF SÃO SEBASTIÃO IN
CASCAIS, BETWEEN JORGE O'NEILL AND THE COUNTS OF
CASTRO GUIMARÃES**

MIGUEL METELO DE SEIXAS

Universidade NOVA de Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, FCSH

miguelmeteloseixas@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0811-573X>

Texto recebido em / Text submitted on: 16/08/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 10/02/2025

Resumo

A heráldica foi, desde a Idade Média até à actualidade, usada como meio de instrumentalização social do espaço edificado. A torre de São Sebastião, erguida em Cascais por Jorge O'Neill e logo a seguir comprada pelo conde de Castro Guimarães, constitui um interessante estudo de caso neste sentido, para o período de transição entre os séculos XIX e XX. Antes de mais, pela sua inserção numa localidade que, no último meio-século da monarquia portuguesa, a corte escolheu como local privilegiado de veraneio, e onde a antiga aristocracia e a nova plutocracia desenvolveram formas de sociabilidade distintas, tendencialmente propícias à sua fusão. Tais formas de sociabilidade apoiavam-se na reprodução de

padrões estéticos que se aplicavam, entre outros, à decoração das residências de veraneio. A heráldica desempenhou, neste âmbito, um papel de relevo, como fica patente pela sua aplicação aos interiores da torre de São Sebastião pelo primeiro e pelos segundos proprietários.

Palavras-chave

Heráldica; Autorrepresentação; hierarquização do espaço; arquitectura nobre; emblematização.

Abstract

From the Middle Ages to the present day, heraldry has been used as an instrument for the social instrumentalisation of built space. The tower of São Sebastião, erected in Cascais by Jorge O'Neill and then bought by the Count of Castro Guimarães, is an interesting case study in this regard for the transition period between the 19th and 20th centuries. First and foremost, because of its location in a town which, in the last half-century of the Portuguese monarchy, the court chose as its favored summer resort, and where the old aristocracy and the new plutocracy developed distinctive forms of sociability, which tended to be conducive to their fusion. These forms of sociability were based on the reproduction of aesthetic standards that were applied, among other things, to the decoration of holiday homes. In this respect, heraldry played an important role, as can be seen from its application to the interiors of the tower of São Sebastião by the first and second owners.

Keywords

Heraldry; self-representation; hierarchization of space; manorial architecture; emblems.

Cascais demorou a encontrar lugar próprio na equação política e social instaurada com o advento da monarquia constitucional oitocentista. A princípio, a vila manteve o ar um pouco desolado que decorria ainda dos efeitos devastadores do terremoto setecentista e da relativa perda de influência da praça de armas enquanto ponto estratégico essencial para a defesa da barra do Tejo. Com o prestigioso paço dos seus antigos senhores e o convento carmelita ambos reduzidos a ruínas, tendo igualmente perdido uma das suas igrejas paroquiais, Cascais vivia da actividade piscatória, da ligação com as terras interiores,

da presença de uma guarnição que a extinção do Regimento de Infantaria n.º 19 reduzira a escassas unidades de veteranos (Costa 2014: 65). Seria, então, uma vila relativamente despovoada e isolada, não obstante a proximidade geográfica da capital do reino, e certamente desprovida de vida social e cultural intensa.

Tudo mudaria na segunda metade do século XIX. Diversos autores enfatizaram o papel que coube, em tal mudança, a dois reis sucessivos: D. Luís I e seu filho D. Carlos I. Sem desprimor da acção efectiva destes monarcas, que será adiante referida com mais pormenor, a viragem que a história cascalense conhece neste período enquadra-se em circunstâncias mais vastas:

No essencial, interessa recordar que, nesse último quartel do século XIX, Portugal se desenvolve, em termos demográficos e económicos, sobretudo na região de Lisboa. A rede de estradas cresceu com alguma sistematicidade e, no caso que nos interessa, comportou as ligações a Oeiras e Sintra, respectivamente em 1864 e 1868. Cascais deixava de ser um local apenas acessível por mar, ou por velhos caminhos quase inexistentes; depois, a inauguração do caminho de ferro até Pedrouços e, antes do fim do século, até ao Cais do Sodré, determinou o futuro de todo o concelho, delineando o destino suburbano que hoje tem (Silva 2010: 12).

Este processo de abertura de Cascais, de uma forma mais efectiva, à esfera de influência lisboeta, encontra-se directamente relacionado com um novo uso que foi a partir de então conferido àquela vila: o de estância balnear. A moda de Cascais como vila balnear foi inaugurada por Joaquim Velez Barreiros, primeiro visconde de Nossa Senhora da Luz, responsável pela construção da estrada para Oeiras e do passeio da vila, «pequeno parque instalado bem no centro da urbe, sobre a Ribeira das Vinhas» (Briz 2014: 91), em redor do qual se começaram a erguer em seguida os empreendimentos essenciais para o progresso de Cascais enquanto estância de veraneio: outras estradas, outros parques, um teatro, um casino, hotéis.

A intervenção régia veio, portanto, exponenciar uma tendência enquadrável dentro de um fenómeno geral. Tal enquadramento não reduz a importância da acção dos monarcas, que no caso cascalense se revelou crucial. Durante duas gerações, ou seja, até ao ocaso da monarquia, Cascais desempenhou papel de primeira plana na vida da

família real e da corte portuguesa. Tal ligação começou com D. Luís I, mediante uma série de circunstâncias que acabaram por atrair este rei para Cascais: antes de mais, a sua formação como marinheiro e a decorrente paixão pelo mar encontraram nesta vila palco apropriado (Ramalho 2003). Também neste domínio, as circunstâncias individuais inserem-se num fenómeno geral:

Deve considerar-se também que o amor de D. Luís e D. Carlos pelo mar não foi um mero capricho subjectivo. Há, por um lado, importante contexto europeu, relacionado com os progressos da medicina e o acréscimo de cuidado na educação de crianças que conduziram, desde meados do século XIX, à valorização da praia com prática saudável, quase indispensável a um crescimento equilibrado e recomendável para todas as classes de idade.

Daí a implantação do veraneio balnear, primeiro em Cascais e no Monte Estoril, depois noutras praias do litoral português.

Para animar estas estâncias, instalam-se hotéis, teatros, casinos, criam-se circuitos de passeio, fomentam-se os desportos; este conjunto de meios marca o nascimento do turismo contemporâneo de que só as elites sociais inicialmente beneficiaram, mas que se foi alargando, até atingir a dimensão massificada que hoje conhecemos (Silva 2010: 12-13).

Deve-se igualmente ter em conta que a vida de corte atravessava então alterações profundas – fenómeno que se encontra ainda por estudar de forma fundamentada (Monteiro e Silva 2018: 321-351). Dessas alterações fazia parte a valorização do ócio – um ócio privado, diferente do que haviam sido os divertimentos de corte no Antigo Regime –, coincidente com a formação de uma «boa sociedade» na qual se fundiam os restos da aristocracia de corte com as elites ascendentes, fortemente moldadas aos usos sociais, culturais e simbólicos da antiga nobreza (Vasconcelos 2003: 95-116; Urbano 2012: 409-419; 2013).

Esta compósita aristocracia de corte geria formas diferenciadas – e diferenciadoras – de sociabilidade, entre as quais a prática do *sport*. Cascais revelou-se terreno de eleição para tais práticas, seja no mar, com a frequênciação das praias e com as coloridas regatas, seja em terra, com as diversas modalidades desportivas (como o

tiro, o ténis, o automobilismo, o futebol, entre tantas outras). Não por acaso, o Sporting Club de Cascais – criado em 1879 nos terrenos da antiga parada da cidadela, e por isso conhecido como Clube da Parada – tornou-se na instituição por excelência onde se reuniam todos aqueles que almejavam fazer parte da elite social que girava em torno da corte. Como observa Pedro Falcão com heráldica metáfora, «É impossível invocar *Cascais menino* sem falar da Parada. A Parada, onde se juntava a nobreza, estava para Cascais como o anel de braço está para quem o traz no dedo» (Falcão 1981: I-43). Subjacente estava, sempre, a ideia de domínio sobre o corpo: um corpo submetido às orientações educacionais, ou seja, um corpo dominado e inserido em normas compartilhadas pela elite, que se constituíam em modas. No fundo, esta elite praticava desporto por motivos semelhantes aos que a levavam a banhar-se, seja num sentido salutar e lúdico (no mar), seja num sentido puramente higiénico (em casa): tratava-se sempre de fomentar práticas de distinção, que permitiam reforçar o sentimento e a ideia de uma superioridade do grupo. Tais práticas funcionavam tanto como instrumentos de coesão interna deste grupo, como de exclusão dos que não o integravam. Mais do que a mera origem genealógica, era cada vez mais a conjugação desta com a inserção em determinados comportamentos mundanos e com a prática de uma sociabilidade amplamente codificada que determinava a pertença ao grupo de corte. Devendo notar-se, de passagem, que tal codificação dos comportamentos sociais era, por essência, mutante, de maneira a funcionar como fenómeno de moda – permitindo assim a exclusão de arrivistas. A frequência dos mesmos locais de vilegiatura não significava, afinal, imediata aceitação no grupo de corte.

Tal sentido de exclusividade da aristocracia de corte, bem como as práticas sociais e culturais que lhe andavam associadas, funcionava melhor em pequenos espaços urbanos do que nas grandes cidades. Em Lisboa ou no Porto, era difícil manter a ficção de uma superioridade que perdera parte substancial das suas bases económicas e culturais, mesmo quando o seu prestígio social lograva ainda manter-se (mas submetido a um processo de desgaste acelerado). Em Cascais, como outrossim em Sintra, Vila Viçosa, Mafra, Alfeite ou noutras residências régias secundárias, o relativo isolamento permitia reforçar tal sentimento de exclusividade, quando não de superioridade. A família real e a aristocracia de corte não sofriam, aqui, qualquer

concorrência séria. Antes pelo contrário, eram elas que funcionavam como elemento aglutinador das novas elites, que acabavam por integrar o mesmo círculo desde que se mostrassem dispostas a mimetizar os seus comportamentos. Com o devido desnível hierárquico, claro. O memorialista D. Tomás de Melo Breyner, ao descrever as casas para as quais a nobreza de corte vinha habitar em Cascais, apontava o dedo à incoerência entre a modéstia destas e as práticas sumptuárias que tais famílias aí perpetuavam,

sujeitando-se voluntariamente a passar a temporada dos banhos habitando umas bicócas sem conforto, sem vista de mar estando aliaz a dois passos da praia, conservavam todavia luxo e grandeza em, pelo menos, trez cousas: as pratas, tantas vezes riquíssimas, guarnecendo sallas de jantar improvisadas em quartos de paredes caiádas e sobrado rôto; os creados com fardas agaloadas, golas ostentando as côres heraldicas e botões de braço; as carruagens bem postas puxadas por magnificas parelhas bem arreadas (Mafra 1930: 314).

Mas acontecia precisamente o contrário: a simplicidade da vila piscatória e das suas casas despreziosas permitia realçar a magnificência das práticas nobiliárquicas e cortesãs, que aí, por contraste, ganhavam novo lustro. No universo mutante e diluidor da capital do reino, tal já não se afiguraria possível.

Cascais tornava-se, assim, num ponto de fuga para o rei: um local isolado e singelo, em que era possível compensar um relativo abandono do protocolo com o exercício de outras formas de sociabilidade. Às quais as elites diversas que compunham a corte se juntavam de ânimo pleno, alterando por completo a configuração do burgo:

Cascais saiu da obscuridade e do seu bucolismo de aldeia de pescadores pelo influxo de El-Rei D. Luís. A nobreza não tardou em seguir na paixão pela formosa baía que domina a barra de Lisboa. Quando, em 1875, os condes de Sabugosa alugaram, pela primeira vez, uma casa em Cascais para lá passarem o verão, já para lá iam veraneiar, em casa sua ou alugada, as famílias dos duques de Palmela, de Loulé, dos condes de Ficalho, dos Galveias, Atalaias, Redondos, Atouguias, Assecas, dos barões de Alvito, dos marqueses das Minas, condes de Olhão, e muitas outras (Colaço e Archer 1943: 339).

Em contraponto, também a estada cascalense acabou por influenciar em muito a vida de corte:

Foi em Cascais que a sociedade portuguesa começou a desentorpecer-se e a adquirir um brilho internacional. Fez-se aí, nesse reinado [de D. Carlos], em tórno da residência real da cidadela, uma outra cidadela aristocrática, buliçosa e requintadamente elegante. [...] A alta burguesia aproximou-se logo dos seus ídolos. [...] Passar o verão em Cascais e freqüentar a «Praia do Rei» dava a todo o alfacinha snob a mais apreciada nota aristocrática (Colação e Archer 1943: 340).

Na sua essência, o fenómeno cortesão era constituído por práticas miméticas, que se repercutiam em círculos concêntricos em redor da família real. Tais práticas envolviam, entre outras, a reprodução de escolhas estéticas, associadas a determinados espaços e modelos de sociabilidade. O presente estudo incide, neste sentido, num dos mais conseguidos exemplares da arquitectura de veraneio cascalense: a torre de São Sebastião, erguida, precisamente, nas imediações da cidadela.

A torre de São Sebastião oferece ao visitante um arrobó feérico e grandioso de arte ecléctica, numa apropriação do terreno que dificilmente poderia ser mais cenográfica. Raquel Henriques da Silva sintetizou o impacto extraordinário desta construção:

O lugar de implantação é belíssimo, sobre a pequena praia de Santa Marta, facto que o arquitecto valorizou com brilhantismo, fazendo eclodir, da nesga de areia, o poderoso embasamento do torreão. Este parece uma torre de vigia, forrada de pedra aparelhada, numa sugestão neo-medieval que abre o território do maravilhoso. A esta espécie de baluarte, cola-se o corpo mais baixo com uma organização complexa, pontuado por citações neo-mouriscas, neo-manuelinas e neo-renascença, que animam as diversas fachadas, como se de um livro de estampas se tratasse. No entanto, há também recursos palacianos mais contidos, manifestando a influência da arquitectura setecentista, sobretudo de Carlos Mardel, na organização dos telhados com águas-furtadas. A imagem final tem a marca da excepcionalidade pretendida que, nos interiores, se acentua pelo uso de talhas de madeiras exóticas e azulejos neo-mouriscos, criando uma ambiência luxuosa e historicista, única na arquitectura de veraneio de Cascais, sugerindo a grandeza do Palácio da Pena de Sintra (Silva 2010: 36-37).



Figura 1 – Perspectiva geral da torre de São Sebastião, em Cascais. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

De facto, se um dos objectivos da arquitectura de veraneio consistia em ultrapassar os limites da construção urbana para abrir o caminho para uma dimensão onírica, a torre de São Sebastião parece ter acertado em cheio no alvo. Basta atentar nas palavras usadas por Branca de Gonta Colaço e Maria Archer para a descrever:

Edifício enorme, rico, elegante e majestoso. Tem proporção e tem leveza. Há um não sei quê de irreal nas suas linhas, um não sei quê de fantástico, de maravilhoso. Parece um castelo de lenda, habitado por princesas encantadas, por figuras de trajes medievais, amarradas a paixões românticas, impossíveis... (Colaço e Archer 1943: 346).

O fascínio perpetuou-se até aos nossos dias, como consta do texto do roteiro produzido em 2008: «Esta casa com aroma de mar, quase barco que não baloiça pela força da sua torre, marca ancestral de poder que a prende fortemente à terra, convida-nos a embarcar numa visita» (Leandro 2008: 11-12).

A casa foi fundada em 1900 por Jorge O'Neill, segundo um delineamento que se deve a Luigi Manini, cenógrafo arquitecto que foi responsável por algumas das mais importantes obras desta época, como o palácio do Buçaco ou a quinta da Regaleira, em Sintra (Pereira e Luckhurst 2011; Alves 2006). O comanditário optou, porém, por não entregar a obra a Manini mas sim a Francisco Vilaça, o qual, «a par de Raul Lino, foi considerado um dos pioneiros do retorno à tradição portuguesa em arquitectura. O'Neill devia perfilhar este ideal, uma vez que foi ao Arquitecto Raul Lino que encomendaria, mais tarde, quer a Torre de S. Patrício, quer a Casa de Santa Maria», ambas no concelho de Cascais (Leandro 2008: 15-16).

Mas quem era Jorge O'Neill? Sigamos a nota biográfica traçada por Jaime Reis:

chefe da casa Torlades O'Neill, que se dedicava a negócios bancários e à navegação, foi figura de relevo nos meios empresariais lisboetas. Desempenhou o cargo de presidente dos conselhos de administração da Anglo-Portuguese Telephone Company e da Companhia dos Fósforos, tendo pertencido ainda aos conselhos de administração da Sociedade Portuguesa de Seguros e da Companhia de Seguros Equitativa. Foi director do Banco de Portugal entre 1884 (substituto em 1883) e 1890. Teve ainda um interesse na Companhia Agrícola de São Tomé (Reis 2006: 118).

Destoaria este perfil de empresário e banqueiro da arquitectura quimérica da torre de São Sebastião?

Pelo contrário. Em primeiro lugar, porque, além de capitalista, Jorge O'Neill era também homem de cultura e de gosto estético apurado, com actividade empresarial no campo das letras: dirigia, por exemplo, a Empresa Literária Nacional, proprietária do jornal *O Repórter*; e a sua ligação ao grupo dos *Vencidos da Vida* valeu-lhe o apodo de *vencido honorário* (Alves 1998: 55-56). Em segundo lugar, porque Cascais finissecular funcionava como um espaço de sociabilidade em redor da família real, marcado pela fusão de elites antigas e modernas, num ponto de fuga que permitia estabelecer a «boa sociedade». Esta caracterizava-se pelo delineamento de uma série de comportamentos sociais que formavam códigos restritivos. Permanentemente em mutação, tais códigos abarcavam fenómenos diversificados, como a forma de vestir e de falar, o respeito ou desrespeito pelas normas de educação, a adesão

à prática de determinados desportos e diversões, a frequência de certos locais a certas horas, etc., de forma a garantir a coesão do grupo – e despistar os aspirantes ou os recém-chegados. A corte, já no seu estertor, procurava ainda ditar algum tipo de moda.

Ao caracterizar as nobrezas oitocentistas, tem sido costume falar do seu aburguesamento. E, de facto, o próprio levantamento heráldico de Cascais vem provar que a aristocracia portuguesa do século XIX, mesmo no círculo desta vila de veraneio régio, não se coibiu de integrar elementos provindos de estratos sociais diferenciados, que de modo algum se limitavam à nobreza com raízes no Antigo Regime. Contudo, Arno Mayer chamou a atenção para o reverso do fenómeno, ou seja, para a importância de se considerar não uma «colonização» da nobreza pela burguesia, mas sim um profundo processo de aculturação nobiliárquica a que as burguesias ascendentes se submeteram (Mayer 2010). Ao arrepio da perda substancial de influência política e de capacidade económica que sofreu – ambas inquestionáveis para a aristocracia portuguesa do século XIX –, a verdade é que os modelos culturais e comportamentais fornecidos pela nobreza lograram perpetuar-se (Monteiro 2007: 139-162; 2025: 447-462). Os empresários e banqueiros burgueses ansiavam quase todos por obter uma nobilitação, por casar com membros de antigas famílias fidalgas, por construir para si próprios (e face aos outros...) um passado ilustre. O qual podia corresponder a algum fundo de verdade ou constituir uma mera falácia: o que interessava era que funcionasse, isto é, que proporcionasse a plena integração no cadinho da sociedade cortesã. Para esse efeito, Cascais funcionava melhor que qualquer outro sítio: na modesta e encantadora vila, convenientemente apartada da cidade grande, a «boa sociedade» formava um pequeno mundo à parte, onde todos se conheciam, cumpriam os mesmos códigos, entregavam-se às mesmas práticas de desporto e sociabilidade – e acabavam por se fundir.

Tanto para as famílias inquestionavelmente oriundas da antiga nobreza (nas suas diversas categorias...), como para aquelas que só no século XIX haviam atingido o estatuto nobiliárquico (geralmente por via de um título), revelava-se importante, por isso, investir na elaboração de genealogias que justificavam a sua sensação de distinção social. E, naturalmente, importava que tais ascendências fossem devidamente publicitadas, o que era possível por via de dois meios principais: a elaboração de textos genealógicos, que idealmente deveriam ser dados à estampa (mas, num sentido mais restrito, podiam circular sob forma

manuscrita dentro da família ou entre círculos de amigos e eruditos); e a exibição de emblemas heráldicos, entendidos como uma espécie de prova visual da nobreza.

No caso da família O'Neill, a ascendência irlandesa permitiu uma intensificação da licitação nobiliárquica: na óptica familiar, eles não apenas descendiam dos primitivos reis da Irlanda, como constituíam mesmo os legítimos representantes genealógicos destes antigos soberanos. Para estabelecer tais conexões, efectuaram-se diligências junto das competentes autoridades inglesas e imprimiu-se em 1881, em Lisboa, um opúsculo com o título de *Exact copy and literal translation in English and Portuguese of a Latin genealogical document belonging to the O'Neills of Lisbon: the copy is so faithful, that it reproduces the orthographical errors of the original*, contendo a transcrição de um documento apresentado como probatório, em versão trilingue (latim, inglês e português). Concomitantemente com a construção da torre de São Sebastião em Cascais, Jorge O'Neill encetou um processo no Cartório da Nobreza que desembocou na emissão de uma certidão exarada em 30 de Junho de 1902 pelo escrivão desta instituição, pela qual se certificavam três documentos apresentados pelo requerente. Ficava assim Jorge O'Neill patenteado como

único representante por varonia da antiga dinastia de O'Neill, Monarcas da Irlanda, Reis de Utonia e príncipes de Tyrone e de Claneboy, assim como do Condado de Tyrone, no Pariato de Irlanda [...] e único Príncipe herdeiro da antiga dinastia de O'Neill e dos títulos e direitos que lhe pertencem, e dando-lhe o tratamento de Príncipe Sereníssimo (Valdez 1935: 42).

Mas foi, sem dúvida, pela expressão visual que as pretensões nobiliárquicas dos O'Neills encontraram melhor veículo de afirmação e propagação. Diversos exemplos patentes num périplo pela heráldica cascalense evidenciam o papel desempenhado pela heráldica na sustentação das construções genealógico-nobiliárquicas de cada uma das famílias detentoras (Seixas 2024). Tratava-se de enunciar e reiterar uma imagem – ou melhor, um conjunto de imagens – que sustentava visualmente tal construção e que a acreditava junto do seu público-alvo: os demais membros do círculo social constituído em redor da corte. Nesta instrumentalização dos emblemas heráldicos, todavia, a torre de São Sebastião ocupou lugar à parte. Como que a corresponder ao

descomedimento da pretendida ascendência régia, alçada praticamente ao grau de realeza exilada, a casa erguida por Jorge O'Neill constituía ela própria, pela sua arquitectura e pela sua implantação, um hino a um universo simultaneamente revoluto e revivido, onírico e concretizado. Em consonância com tal sobredimensionamento, a casa encontrava-se recheada de sinais heráldicos.



Figura 2 – A sala dos trevos, com os seus múltiplos *shamrocks*. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Os quais começariam logo no portal da entrada, onde figuraria originalmente uma pedra de armas, que foi, entretanto, substituída, como se verá, pela do segundo proprietário. Mas a sala de entrada, a seguir ao pátio ornado com uma fonte central e medalhões no estilo Della Robbia, mantém o seu surpreendente tecto artesoadado, de fundo branco, semeado de trevos verdes. O trevo verde de três folhas, denominado *shamrock*, serviu de planta emblemática da Irlanda, associado à lenda de conversão da ilha ao cristianismo por São Patrício, que o teria usado para exemplificar o mistério da Santíssima Trindade (Nelson 1991). Tal decoração da sala dos trevos ganha mais sentido quando se tem em mente que, na origem, ela era completada, acima dos lambris de azulejos, por uma galeria de retratos (imaginários, claro) dos antigos reis da Irlanda da estirpe O'Neill. A chaminé do fogão da mesma sala, copiado da sala do conselho da torre de Belém, encontrava-se por sua vez ornamentada com um painel de azulejos que exibia um escudo partido (armas de O'Neill no primeiro campo, segundo campo cortado de Brito e Cunha, correspondendo respectivamente às ascendências irlandesa e portuguesa do proprietário) (Leandro 2008: 30-31). A mensagem não podia ser mais nítida. Ao penetrar na casa, o visitante era acolhido por um ambiente que o desenraizava da realidade comum, projectando-o para a dimensão mítica de uma cultura estranha e antiga, cujo sinal – o *shamrock* – se via explicitamente associado, por via da galeria pictórica, à antiga tradição monárquica perdida, afinal reencontrável na pessoa de Jorge O'Neill, como apontava o azulejo armoriado.

Outros sinais emblemáticos da pretensa dignidade régia e nobiliárquica, bem como, mais prosaicamente, da origem irlandesa, estariam espalhados pela casa, quer em decoração aplicada, quer em objectos variados. Mas o segundo proprietário tratou de deixar, como se verá, a sua própria marca heráldica, que deve ter vindo, em muitos casos, substituir os emblemas anteriores. O que sobrou da heráldica original, além do tecto da sala dos trevos, revela-se, contudo, impressionante.

Não por acaso, Jorge O'Neill quis construir uma torre. E quis que a sua casa se chamasse «torre de São Sebastião», em homenagem a uma vetusta capela que já aí existia e que foi primorosamente conservada. Ora, a torre desempenha um papel primordial no imaginário da casa nobre portuguesa.

Desde os tempos medievais que as estirpes aristocráticas viam nessas construções a imagem da sua antiguidade, do seu poder, da sua influência. Mesmo quando tais edificações foram perdendo efectivo valor militar, mantiveram intacto o prestígio. Ou talvez até o tenham aumentado. Toda

a família que se prezasse reportava sua origem a uma torre senhorial, como se esta se pudesse considerar em simultâneo ponto de partida e de referência constante da existência da linhagem. À medida que novas famílias se foram juntando às antigas no rol das gentes aristocráticas, os recém-chegados procuraram erguer torres que sinalizassem a sua condição nobiliárquica, incorporando-as assim nos planos que delineavam para os seus solares. O peso dessa tradição atravessou os séculos e manteve-se enquanto perdurou a vontade de assinalar por via arquitectónica a importância aristocrática, mesmo em pleno século XIX ou XX.



Figura 3 – O armorial luso-irlandês de Jorge O'Neill plasmado no torreão. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Não espanta, portanto, que Jorge O'Neill quisesse uma torre. E que no interior desta viesse a concentrar-se a carga heráldica da casa. Assim, no topo da torre, espaço mais alto e mais nobre de uma construção já alta e nobre por definição, O'Neill criou um verdadeiro armorial genealógico. O espaço impressiona: trata-se da «sala do torreão», a que se acede por longa escada em caracol, abrindo para uma divisão de amplitude surpreendente para este género de construção, de notável altura e iluminação abundante, rematada por um tecto artesoadado oitavado. Ao meio, figura num medalhão também oitavado um escudo de ponta redonda com as armas de O'Neill: de prata, uma mão dextra espalmada de vermelho sustida por dois leões afrontados, encimados por três estrelas, tudo do mesmo, e assentes numa ponta onçada de verde carregada de um salmão de prata. Note-se que estas mesmas armas ornamentam, em exclusivo, o jazigo familiar do cemitério dos Prazeres, em Lisboa (Valdez 1994: I, 28-31). No torreão cascalense, o escudo é encimado por um elmo aberto, de frente, rematado por uma coroa real fechada e forrada de vermelho, de feição antiga, sobre a qual figura por timbre um braço armado sainte empunhando uma espada, tudo de prata; do elmo pende um paquife de prata e vermelho e uma correia; sotoposto ao escudo, um listel de prata com a divisa «CAELO SOLO : SALO POTENTES» («Confia apenas no Céu»).



Figura 4 – As armas O'Neill no centro da composição heráldica do torreão. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

A figura central destas armas, a mão dextra espalmada de vermelho, constitui um dos mais antigos emblemas conhecidos da heráldica irlandesa: era já usada no selo de Brian O'Neill, régulo de Keneloghain, falecido em 1260 na batalha de Down (Kennedy 1998: 365). Um século depois, Hugh O'Neill ostentava no seu selo um escudo com a mesma figura, intitulado-se rei de Ulster (Williams 2017: 5). É possível que se tratasse de um antigo emblema representativo da própria organização clânica irlandesa (*derb fine*), embora não se possa descartar tampouco a hipótese de um simbolismo religioso ligado ao conceito de *Dextra Dei*, a mão direita de Deus (Kennedy 1998: 367). Mas a explicação simbólica mais difundida para a mão vermelha é sem dúvida a lenda heráldica ligada a um repto, assim relatada por Wilfrid Scott-Giles:

The ancestor of the O'Neills, it is said, was one of a party of Scandinavian adventurers who sighted the Irish coast. Their leader promised the territory in view to the man who should first touch land. There was a race for the shore, and as his boat neared it, the first of the O'Neills chopped off his left hand and cast it to the land (Scott-Giles 1929: 178).

A importância que a linhagem ganhou na zona de Ulster fez com que a figura da mão espalmada de vermelho se tornasse no emblema da própria região. Quando o rei Jaime I da Grã-Bretanha debelou a rebelião encabeçada por Hugh O'Neill, conde de Tyrone e pretendente ao trono de Ulster, decidiu criar um título nobiliárquico, o de baronete, para apoiar a causa do fortalecimento da presença inglesa na Irlanda. Os beneficiários desta titulação ficavam autorizados a introduzir nas suas armas um escudete de prata com a mão dextra espalmada de vermelho, como forma de assinalar a sua nova condição nobiliárquica (Scott-Giles 1929: 177). Além da figura central da mão espalmada, o ramo O'Neill que veio a deter o condado de Tyrone foi juntando ao seu escudo uma série de figuras: «The O'Neills of Tyrone were accustomed to add further charges to that of the shield from the end of the sixteenth century onwards» (Williams 2017: 5). Tanto pela origem remota, como pelas lendas associadas e pela efectiva importância histórica e simbólica de que se revestia, a figura da mão de vermelho tinha tudo para seduzir Jorge O'Neill – e para servir os seus desígnios de criação de uma imagem forte e romântica da família.

Em redor desta imagem central, o tecto da sala do torreão divide-se em oito reservas, cada qual carregada com o seu escudo de armas. Todos

eles adoptam o formato em losango, denominado *lisonja*, considerado próprio para a heráldica feminina – o que é, portanto, uma forma de assinalar que no meio da composição figuram as armas da varonia, ao passo que os oito escudos em redor se reportam a linhas femininas que vinham desembocar em Jorge O'Neill. A maior parte destas lisonjas indica ascendências irlandesas: O'Neill (aqui repetido em alusão ao facto de a mãe de Jorge, Carolina Teresa O'Neill, ser prima direita de seu marido por esta mesma via, o que levou o memorialista D. Tomás de Melo Breyner a assinalar um dado curioso: «Jorge O'Neill – O'Neill [...] assim costumava assignar por ser filho de primos» (Mafra 1930: 192), O'Donell, O'Byrne, Torlade e O'Hanlon. Mas duas outras lisonjas apontam para ascendências portuguesas: Ferreira, e Brito e Cunha. O que há de espantoso e inovador neste conjunto de pinturas heráldicas da torre de São Sebastião, é o facto de constituir um autêntico armorial genealógico, ou seja, representar, mediante recurso ao retrato abstracto fornecido pelos emblemas heráldicos, as várias ascendências nobres do proprietário (sobre a relação complexa entre decorações armoriadas e armoriais, vejam-se dois ensaios: Boos 1997: 281-290; Seixas e Hiltmann 2020: 11-25). Pode, portanto, definir-se um paralelo entre este armorial e as galerias de retratos que ornavam tradicionalmente os solares portugueses: existe entre ambos uma similitude de funções. Note-se, de resto, que existem alguns outros casos coevos de semelhante recurso a armoriais monumentais, sendo o mais notável, quer pela escala quer pela qualidade artística, o dos painéis de azulejos do pátio do palácio da Rosa, em Lisboa, encomendados pelo marquês de Castelo Melhor no princípio do século XX ao pintor Pereira Cão (Seixas 2021b: 217-256).

Jorge O'Neill, contudo, não aproveitou por muito tempo a sua torre de São Sebastião. Atravessando dificuldades financeiras, viu-se obrigado a vendê-la em 1910 pela soma considerável de 36 contos de réis (Leandro 2008: 16). O novo proprietário não destoava do perfil do anterior: tratava-se de Manuel Inácio de Castro Guimarães, primeiro (e único) conde de Castro Guimarães, título concedido no último reinado, em 1909. Também ele era empresário e banqueiro, tendo sido director do Banco Lisboa e Açores. E também ele tratara de se inserir no círculo restrito da sociedade cascalense: para tal, aderira com entusiasmo ao modelo comportamental desenvolvido neste ambiente cortesão. Era homem refinado, de notória cultura e mesmo erudição, grande colecionador, bibliófilo e melómano esclarecido; elegante e benemerente; desportista entusiástico, sobretudo no que se prendia com

as actividades náuticas. Tinha tudo para ser bem acolhido na boa sociedade cascalense – ao ponto de merecer a amizade do rei D. Carlos I.

E, claro, Castro Guimarães não podia deixar de se conformar com o modelo nobiliárquico: tal como o predecessor O'Neill, também ele fez questão de exhibir os emblemas da sua nobreza e cultivou a sua ascendência, sem pejo de fundir nela as actividades burguesas dos seus antepassados com as insígnias de famílias nobres homónimas. Resumiam as autoras das *Memórias da Linha de Cascais*: «Castro Guimarães pertencia a uma antiga família burguesa. Já o seu avô era um banqueiro importante, com relações internacionais. [...] Viveu à lei da grandeza, êsse banqueiro titular, filho e neto de banqueiros sem título. Soube ter gosto e grandes atitudes – mesmo na morte» (Colaço e Archer 1943: 347).



Figura 5 – Portal da torre de São Sebastião, vendo-se ao fundo o pátio de entrada. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Desta forma, o conde de Castro Guimarães conservou alguns elementos emblemáticos deixados pelo seu predecessor na torre de São Sebastião, designadamente o tecto da sala dos trevos e o armorial do topo do torreão. Mas substituiu outros. A começar pelo portal de entrada, onde o novo proprietário após a sua pedra de armas: um escudo de formato inglês oitocentista com um partido de Guimarães e Abreu, rematado por um elmo fechado, posto de frente, do qual esvoaça um pequeno paquife; o elmo encimado por coronel de conde, do qual irrompe, por timbre, um leão sainte (sobre as escolhas heráldicas do conde de Castro Guimarães, veja-se Valdez 1944). A composição, de pequenas dimensões, revela proporções cuidadas, ainda que o timbre tenha visibilidade diminuta. Dentro da casa, os leões presentes um pouco por todo o lado – a começar pela fonte do pátio – tanto podem constituir subsistências do tempo de O'Neill como ter sido acrescentados por Castro Guimarães, uma vez que integravam as armas de ambos.



Figura 6 – Pormenor da pedra de armas do conde de Castro Guimarães, no portal. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

As armas do segundo proprietário vieram substituir as do anterior também no fogão da sala dos trevos, em cuja chaminé foi colocado novo

painel de azulejos, azuis e brancos, em composição muito próxima da pedra de armas do portal de entrada: o escudo, de formato similar, exhibe o mesmo partido de Guimarães e Abreu, com tracejados a indicar a cor vermelha, bem como o mesmo conjunto de elmo, coronel e timbre. Apenas o paquife adquire, no painel azulejar, um tratamento gráfico mais exuberante, recebendo uma cor matizada que produz um efeito próximo da *grisaille*. Não espanta, portanto, saber que tal painel foi produzido por Pereira Cão, artista muito actuante neste género de encomendas e para este círculo social, e para quem semelhante recurso artístico tinha quase valor de assinatura (Leal 2006). Outro painel de azulejos, colocado na sala seguinte, reproduz o primeiro, mas desta feita com as cores heráldicas; é sem dúvida da mesma mão. Está colocado por baixo de um nicho que contém a imagem de Nossa Senhora da Conceição, igualmente polícroma.



Figura 7 – Painel de azulejos realizado por Pereira Cão, com as armas do conde de Castro Guimarães, sotoposto à imagem de Nossa Senhora da Conceição. Fotografia de Jorge Figanier Castro.



Figura 8 – Tecto artesoadado do salão principal, com o armorial genealógico do conde de Castro Guimarães. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Tal como O'Neill, também Castro Guimarães quis deixar na torre de São Sebastião não apenas as suas armas individuais, mas um armorial de família. Para tal, escolheu o salão principal, também conhecido por sala vermelha ou da música, onde o conde, melómano consabido, se dedicava a tocar o órgão que aí mandou instalar. O tecto artesoadado deste salão constitui um surpreendente conjunto de pinturas heráldicas, da autoria do «diplomata Henrique O'Connor Martins, um dos amigos mais próximos dos Condes, cujo retrato podemos observar na Galeria do piso superior» (Leandro 2008: 32). Ao centro, num quadrilátero, inscrevem-se as armas de aliança do casal proprietário, em dois escudos ovados inclinados um para o outro: à dextra figura o do conde (partido de Guimarães e Abreu), à sinistra o de sua mulher Maria Ana de Andrade (pleno de Andrade), assentes numa vasta cartela neobarroca guarnecida de um ramo de louro e de uma palma, da qual pendem dois festões, sendo o conjunto encimado por coronel de conde. O quadrilátero central do tecto é ladeado por dois losangos contendo cada um a sua esfera armilar envolvida numa moldura de cordões com nós. Esta conjugação da esfera armilar com os nós – sendo comum na arte manuelina e estando, como tal, adequada ao revivalismo neomanuelino da época – pode ter aqui um significado mais específico.



Figura 9 – Armas de aliança de Manuel de Castro Guimarães e Maria Ana de Andrade, primeiros condes de Castro Guimarães, ao centro do tecto do salão principal. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

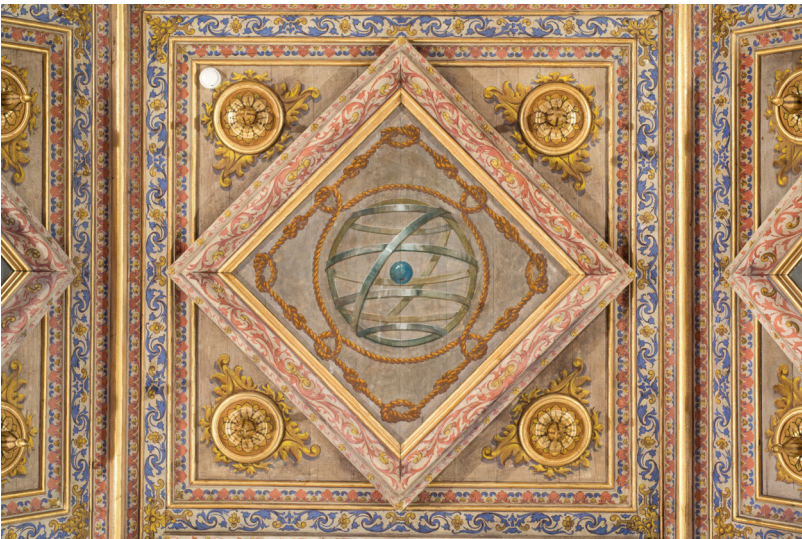


Figura 10 – Empresa da esfera armilar dentro de cordões com nós, nas reservas laterais do tecto artesoadado do salão principal. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Lembre-se, com efeito, que Manuel de Castro Guimarães obtivera o seu título de nobreza em 1909 das mãos de D. Manuel II, soberano com quem partilhava a paixão bibliófila. Ora, a empresa pessoal deste rei era precisamente uma esfera armilar rodeada por um cordão com nós, e o lema «DEPOIS DE VÓS, NÓS», tal como a usava no seu *ex-libris* (sobre a recuperação das empresas tardo-medievais por parte da Casa real portuguesa no período final da monarquia, veja-se Seixas 2018: 1-23). Seria a dupla presença da esfera armilar em posição honrosa no tecto da sala cascalense uma homenagem directa do conde ao seu soberano e benfeitor? Se atentarmos nos quatro cantos do tecto, veremos aí painéis de menores dimensões contendo um listel com a divisa assumida por Castro Guimarães: «POR BEM FAZER». Lema que, talvez inspirado nos dos príncipes da Íncлита Geração, se prende com a própria ideia de recompensa legitimamente expectável para quem age segundo o Bem (Seixas 2021a: 521-550). Tal ligação é tanto mais provável quanto, poucos anos antes, se haviam inaugurado na Batalha os novos túmulos erguidos na capela do Fundador para receber os restos mortais de diversos membros da Casa de Avis (D. Afonso V e sua mulher D. Isabel, D. João II e o príncipe D. Afonso seu filho), até então dispersos por outras partes do mesmo mosteiro, o que suscitou uma renovação do interesse por este monumento e, mais especificamente, pela emblemática aí representada (Freire 1996: 169-178). Ora, em conjugação com a empresa régia da esfera armilar com seu cordão e nós, não poderia a divisa do conde de Castro Guimarães ser lida, neste contexto, como uma mensagem de agradecimento: «por bem fazer»? Castro Guimarães tinha sido recompensado pelo rei a quem prestava, em retorno, a devida homenagem emblemática? Notemos que, a reforçar tal interpretação, o listel com o moto do conde se encontra ladeado por dois dragões, feras emblemáticas próprias da Casa Real portuguesa a que a dinastia brigantina deu ampla aplicação, sobretudo no contexto revivalista da segunda metade do século XIX (Seixas 2018: 1-23).



Figura 11 – Ex-líbris do rei D. Manuel II. Fotografia e coleção do autor.



Figura 12 – Empresa do conde de Castro Guimarães, com o lema «Por bem fazer» e dragões brigantinos, nos cantos do texto artesoadado do salão principal. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Em redor do rectângulo central, o tecto exhibe oito outros losangos armoriados (além dos já citados quatro losangos com a empresa do conde que ocupam os cantos do tecto): num lado, as armas de Sousa do Prado, Portugal (entenda-se a família Portugal, não as armas reais portuguesas) e Gama; isoladas numa ponta, as de Silveira; no outro lado, as de Cunha, Faro e Meneses; e por fim, na outra ponta, as de Carneiro. Este conjunto heráldico impressionante remete para a ascendência materna do conde, uma vez que seu pai, Luís de Castro Guimarães, casara com D. Maria Nazareno da Cunha e Meneses, filha do quarto conde de Lumiares, D. José Manuel Inácio da Cunha Faro e Meneses Portugal da Gama Carneiro de Sousa, e de sua mulher D. Luísa Henriqueta de Meneses da Silveira e Castro, filha do primeiro marquês de Valada. Assim, a observação dos usos heráldicos dos condes de Lumiares permite compreender as escolhas operadas pelo conde de Castro Guimarães para o seu tecto cascalense: a pedra de armas daqueles titulares no cemitério dos Prazeres, em Lisboa, exhibe com efeito uma composição

complexa: escudo partido, I, novamente partido de Cunha e de Meneses (na versão usada pelo ramo Marialva: esquartelado: 1 e 4, armas reais portuguesas, 2 e 3, de azul, três flores-de-lis de ouro; escudete sobre-o-todo pleno de ouro, com a sombra de um anel); II, esquartelado: 1, Vasconcelos, 2, Carneiro, 3, Sousa *do Prado*, 4, Portugal, escudete sobre-o-todo com as armas reais portuguesas (Valdez 1994: I-96). O conde de Castro Guimarães, filho e neto de banqueiros, podia por isso ostentar a prosápia nobiliárquica advinda de sua mãe. O que fez com jactância no tecto da sala principal da sua casa, como Jorge O'Neill havia feito no alto da sua torre: basta atentar nos nomes dos seus avós maternos para perceber que são eles os retratados pelas armas do tecto da torre de São Sebastião.

Acresce que, do ponto de vista estético e estilístico, o tecto do salão principal evidencia um cuidado erudito na composição, baseada em sólida erudição. As pinturas revelam, com efeito, referências à sala dos brasões do paço real de Sintra, então objecto de estudo e publicação por dois eruditos que circulavam nos meios áulicos (Sabugosa 1903; Freire 1899-1905), com a ajuda artística de D. Amélia de Orléans e de D. Maria Amália de Sousa Botelho Mourão de Vasconcelos, dama desta rainha e mulher do segundo visconde de Pindela, cujo irmão mais novo, feito conde de Arnoso, erguera a casa de São Bernardo, fronteira à torre de São Sebastião (Machado 1999: 111). Ambiente fechado por definição, a corte vivia destas convivalidades e auto-referências circulares, algumas das quais de natureza visual.

Mas as pinturas armoriadas do tecto do salão nobre desta construção evidenciam também a sua inspiração nos armoriais manuelinos, nomeadamente no *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas* de António Godinho, conservado na Torre do Tombo e então objecto de atenção por parte dos mesmos estudiosos (Godinho 1987). Para certificar o conhecimento que o autor do tecto cascalense tinha desta fonte, basta observar que as armas dos Meneses se distinguem das restantes por figurarem num escudo em formato de tarja, tal como sucede naquele armorial. Esta combinação entre erudição e gosto aturado pela heráldica poderá ter correspondido a um papel activo da família da condessa, pois Maria Ana de Andrade era irmã de Alfredo de Andrade, figura cimeira na definição da política patrimonial piemontesa desta época, com especial atenção aos restauros e aos revivalismos medievais (Costa 1997). As relações histórico-heráldicas entre Portugal e Piemonte

conheceram, de resto, uma intensificação neste período, em parte devido à influência da rainha D. Maria Pia, em parte devido às ligações familiares de outras famílias cortesãs (Gentile 2014: 171-204; Seixas 2022: 176-214).

Dentro deste mesmo espírito se deve inserir o gosto especial que o conde de Castro Guimarães nutriu pela colecção de objectos armoriados. Os quais podem ser vistos ainda hoje na torre de São Sebastião, uma vez que os condes, não tendo descendência, decidiram doar a sua casa, com todo o recheio, ao município de Cascais, para que aí se instalasse uma casa-museu e biblioteca municipal. O núcleo fundamental desta biblioteca era constituído pela colecção bibliófila do proprietário, da qual faziam parte muitos livros armoriados, quer com *super-libros* nas encadernações, quer com *ex-libris* de proprietários anteriores.

Também o conde fez uso de *ex-libris* próprios, que nos permitem estudar com pormenor a constituição da sua biblioteca, como assinala Maria da Assunção Júdice:

Referenciada em cerca de 2830 volumes a designada «Biblioteca do Conde» reflecte a vida e o gosto de Manuel de Castro Guimarães, de seus irmãos Vicente e José e de sua mulher Maria Ana de Andrade. A maioria das obras tem marca de posse, quer em forma de carimbo de sua casa no Pátio do Torel ou do escritório de advogados, em Lisboa, quer com *ex-libris* da Torre de São Sebastião em Cascais ou assinatura manuscrita – o que nos permite compreender a evolução do seu gosto e dos seus interesses (Júdice 2008: 63).

Os dois *ex-libris* usados pelo conde de Castro Guimarães evidenciam, com efeito, uma estreita ligação com a torre de São Sebastião, uma vez que apresentam o elmo, paquife, coronel e timbre semelhantes aos que se encontram na pedra de armas e nos painéis de azulejos desta casa, tendo sotoposto um listel com a sua divisa «POR BEM FAZER»; uma das versões complementa estes elementos heráldicos com a menção expressa: LIVRARIA DA TORRE DE S. SEBASTIÃO (Duarte 1990: 348-349).



Figura 13 – Ex-líbris do conde de Castro Guimarães, primeira modalidade. Fotografia e colecção do autor.

*Recriações heráldicas num interior palaciano novecentista:
a Torre de São Sebastião, em Cascais, entre Jorge O'Neill e os Condes de Castro Guimarães*

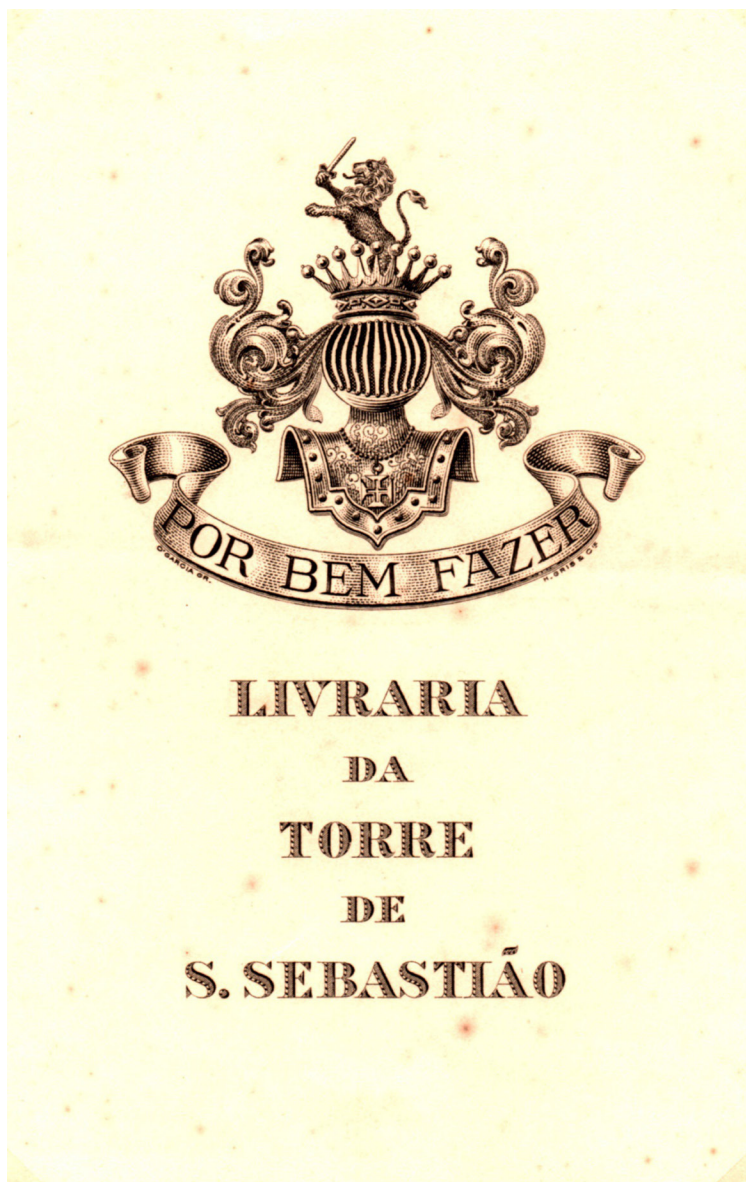


Figura 14 – Ex-líbris do conde de Castro Guimarães, segunda modalidade. Fotografia e colecção do autor.

Outros conjuntos vinham completar o colecionismo heráldico do conde. O de porcelana, antes de mais. Exibidas principalmente na bela sala de jantar, com vista para a pequena praia de Santa Marta, podiam observar-se peças de porcelana chinesa de encomenda portuguesa, dos serviços de Lobo da Gama; Cruz Sobral; Veiga, Cabral e Câmara; António de Araújo de Azevedo; e Silveira e Lorena (Mota 2000: 26-36). Outra colecção com peças armoriadas era a de ourivesaria, igualmente exposta pela casa, mas com preferência pela mesma divisão. Destaca-se um par de peças particularmente relevantes: duas salvas de aparato dotadas de centro armoriado e provavelmente realizadas por encomenda do conde de Castro Guimarães (D'Orey 2005: 32-33). Estas peças de excepção dão conta do gosto historicista dos comanditários, tal como do papel relevante que a heráldica desempenhava na sua valorização estética.

O colecionismo de objectos armoriados abrangeu também o mobiliário (Proença 2009: 89). Por fim, atente-se que numa das alas do pátio de entrada encontra-se embutida na parede uma pedra de armas antiga, de forma oval, contendo um escudo de ponta redonda com uma cruz florenciada e vazia acompanhada em orla de oito caldeiras (ou com uma bordadura carregada de oito caldeiras, o desgaste da pedra não permite precisar), encimado por elmo de grades virado a três quartos para a dextra, de que irrompe um paquife que preenche quase totalmente o espaço vazio do oval (deixando, porém, espaço na parte de baixo para se verem as pontas de uma correia), sobre o qual pousa um virol tendo em cima, por timbre, a cruz do escudo. Atendendo à conjugação do escudo com o timbre, trata-se das armas da família Caro. Desconhece-se a sua proveniência. O mais provável é que tenha sido adquirida pelo seu valor evocativo e estético, uma vez que não se conhece relação desta família com as circunvizinhanças da casa.



Figura 15 – Pedra de armas de origem desconhecida, encastrada no pátio. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Um caso particularmente lamentável é o de dois painéis de azulejos armoriados que ornamentavam originalmente as salas desta casa e que foram dismantelados, aproveitando-se os seus azulejos de forma avulsa (podem ver-se as fotografias dos painéis, ainda montados, no blogue «Solares e Brasões», de Manuel Ferros, que realiza as identificações aqui seguidas, disponível em <http://solaresebrasoes.blogspot.com/>, consultado a 17/02/2020). Um deles apresentava um escudo de formato barroco com um esquartelado de Meneses e Silva (armas usadas pelos Teles da Silva), com uma cruz de uma travessa sotoposta, encimado por coronel de nobreza e chapéu eclesiástico de seis borlas por cada lado, correspondente à dignidade episcopal. Manuel Ferros identificou estas armas como pertencentes a D. Luís da Silva, bispo de Lamego (1677-1685) e arcebispo de Évora (1691-1703). O segundo painel apresentava escudo em ponta com um esquartelado de Portugal (com a costumeira troca dos escudetes com as armas completas do reino por simples quinas) e Melo, tendo igualmente uma cruz sotoposta, um coronel de difícil identificação e o mesmo chapéu episcopal. Para este, Manuel Ferros propõe a atribuição a D. José de Melo, arcebispo de Évora de

1611 a 1633. Os azulejos que constituíam estes painéis foram colocados de forma avulsa, sem qualquer nexo, na varanda que corre em redor do primeiro andar do pátio.



Figura 16 – Painéis com armas de dois prelados, desmembrados e aplicados de forma avulsa na decoração do rodapé do piso superior do pátio. Fotografia de Jorge Figanier Castro.

Em conclusão, a heráldica constitui uma presença constante no interior desta casa nobre do período final da monarquia portuguesa. Ela funcionou de forma similar para os dois sucessivos proprietários da torre de São Sebastião: tanto para Jorge O'Neill como para o conde de Castro Guimarães, a marcação heráldica do espaço habitado era instrumento de autorrepresentação e de inserção no grupo social cortesão. Os dois casos assemelham-se também no que toca à extracção social, uma vez que ambos provinham de meios plutocráticos com pretensões nobiliárquicas (mais comprovadas – e concretizadas – no caso do segundo que do primeiro). O recurso à heráldica permitia construir visualmente um discurso de equiparação nobiliárquica, que secundava eficazmente a prática de uma sociabilidade cortesã. A marcação heráldica do espaço habitado, que era simultaneamente espaço para as práticas conviviais de grupo, permitia não apenas identificar os donos da casa

(pela sua heráldica própria), como exibir as suas raízes genealógicas (pelos armoriais pintados nos tectos, que remetiam para uma vasta parentela) e ainda exibir as peças armoriadas colecionadas, dentro do gosto compartilhado pelas antiguidades (que presumia também um certo grau de erudição e de sensibilidade).

Fora da torre, contudo, a meio do belo parque que a cerca, uma simples lápide sobrelevada constitui o sepulcro dos condes de Castro Guimarães. Num gesto de humildade, mas também de derradeira elegância, eles declinaram a aposição dos seus emblemas heráldicos no túmulo, preferindo entrar na morte despojados de ostentações. Talvez para assinalar, também, o seu apego aos valores católicos que continuavam a ser cultivados pela elite social (mas já não política) a que pertenciam, num momento histórico que lhes passara a ser avesso.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - no âmbito do Estímulo ao Emprego Científico, referência 2023.09330.CEECIND, e do Projeto Estratégico do IEM – referência UID/00749 Instituto de Estudos Medievais.

Bibliografia

- Alves, João Cruz (2006). *Luigi Manini. Quinta da Regaleira. Imaginário & Método. Architecturas & Cenografia*. Sintra: Fundação Cultursintra.
- Alves, Ricardo António (1998). *Eça e os Vencidos da Vida em Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Boos, Emmanuel de (1997). “Les décors héraldiques sont-ils des armoriaux ?”, in Louis Holtz, Michel Pastoureau, Hélène Loyau (dir.), *Les armoriaux médiévaux*. Paris: Le Léopard d’Or, 281-290.
- Briz, Graça (2014). “Quando o pavilhão real se hasteava na Cidadela”, in Diogo Gaspar (ed.), *Palácio da Cidadela de Cascais*. Lisboa: Museu da Presidência da República / Câmara Municipal de Cascais, 87-126.
- Colaço, Branca de Gonta, Archer, Maria (1943). *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Costa, António (2014). “Duas fortalezas formando uma fortificação”, in Diogo Gaspar (ed.), *Palácio da Cidadela de Cascais*. Lisboa: Museu da Presidência da República / Câmara Municipal de Cascais, 61-85.

- Costa, Lucília Verdelho da (1997). *Alfredo de Andrade (1839-1915). Da pintura à invenção do património*. Lisboa: Vega.
- D'Orey, Leonor (2005). *A coleção de ourivesaria do Museu Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Exact copy and literal translation in English and Portuguese of a Latin genealogical document belonging to the O'Neills of Lisbon: the copy is so faithful, that it reproduces the orthographical errors of the original = Cópia fiel e tradução literal em inglês e em português de um documento genealógico latino pertencente á família O'Neill de Lisboa: a cópia é tão exacta que até reproduz os erros orthographicos do original* (1881). Lisboa: Typ. Rocio.
- Duarte, Sérgio Avelar (1990). *Ex-líbris portuguesas heráldicas*. Porto: Civilização.
- Falcão, Pedro (1981). *Cascais Menino*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Freire, Anselmo Braamcamp (1899-1905). *Brasões da Sala de Cintra*. Lisboa: Francisco Luiz Gonçalves.
- « — » (1996). "Na Batalha", in *Crítica e História* (estudo introdutório de José V. Pina Martins). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 169-178.
- Gentile, Luisa Clotilde (2014). "Portugais au-deçà des Alpes. Traces héraldiques d'intérêts dynastiques et familiaux portugais en Piémont et dans la vallée d'Aoste (XVIe-XIXe siècles)", *Armas e Troféus*, IX, 16, 171-204.
- Godinho, António (1987). *Livro da nobreza e perfeição das armas* (introdução, notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima). Lisboa: Edições Inapa.
- Kennedy, John Fitzpatrick (1998). "When did the Irish chiefs adopt heraldry?", in Auguste Vachon, Claire Boudreau, Daniel Cogné (eds.), *Genealogica & Heraldica. Proceedings of the 22nd International Congress of Genealogical and Heraldic Sciences*. Ottawa: University of Ottawa Press, 363-372.
- Júdice, Maria da Assunção (2008). "A biblioteca do Conde de Castro Guimarães", in Carla Varela Fernandes (ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 63-67.
- Leal, Miguel Montez (2006). *A Pintura a Fresco entre Dois Séculos: Pereira Cão (1841-1921) e a Pintura Decorativa em Portugal*. Lisboa: tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-NOVA.
- Leandro, Sandra (2008). "Da Torre de S. Sebastião ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães", in Carla Varela Fernandes (ed.),

- Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Roteiro. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 11-41.
- Machado, João Afonso (1999). *O Morgadio de Pindela*. Porto: Uniarte Gráfica.
- Mafra, Conde de (1930). *Memorias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º Conde de Mafra*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira.
- Mayer, Arno (2010). *La persistance de l'Ancien Régime. L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*. Paris: Aubier.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (2007). "Nobreza, revolução e liberalismo: Portugal no contexto da Península Ibérica", in *Elites e Poder. Entre o antigo regime e o liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 139-162.
- « — » (2025). "Aristocracia/Classe média", in Rui Ramos, José Luís Cardoso, Isabel Corrêa da Silva (coord.), *Dicionário Crítico da Revolução Liberal*. Lisboa: D. Quixote, 447-462.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, Silva, Isabel Corrêa da (2018). "Elites e nobreza na monarquia liberal portuguesa: um itinerário crítico", in Rui Ramos, José Murilo de Carvalho, Isabel Corrêa da Silva (ed.), *Dois países, um sistema. A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Lisboa: D. Quixote, 321-351.
- Mota, Maria Manuela de Oliveira (2000). *Porcelanas orientais da coleção do Museu Condes de Castro Guimarães*. s/l: Fundação Oriente / Câmara Municipal de Cascais.
- Nelson, Charles (1991). *Shamrock. Botany and History of an Irish Myth: A Biography of the Shamrock in History, Literature, Music and Art*. S/l: Boethius Press.
- Pereira, Denise, Luckhurst, Gerald (2011). "O programa estético da Casa O'Neill a partir dos contributos de Luigi Manini, Francisco Vilaça e Albrecht Haupt", *Monumentos*, 31, 92-105.
- Proença, José António (2009). *A coleção de mobiliário do Museu Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Ramalho, Margarida de Magalhães (2003). *Uma corte à beira-mar: 1870-1910*. Lisboa/Cascais: Quetzal/Câmara Municipal de Cascais.
- Reis, Jaime (2006). "Jorge O'Neill", in Maria Filomena Mónica et al. (dir.), *Dicionário biográfico parlamentar. 1834-1910*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Assembleia da República, III, 118.
- Sabugosa, Conde de (1903). *O Paço de Cintra: apontamentos históricos e archeologicos do Conde de Sabugosa, desenhos de Sua Magestade a Rainha*

- Senhora Dona Amelia, colaboração artística de E. Casanova e R. Lino.* Lisboa: Imprensa Nacional.
- Scott-Giles, C. Wilfrid (1929). *The Romance of Heraldry*. London / Toronto: J. M. Dent & Sons.
- Seixas, Miguel Metelo de (2018). "Stars, Knots, Dragons and Royal Weddings: Badges of the Houses of Braganza and Savoy in a Nineteenth-Century Portuguese Royal Palace", *Visual Resources*, 34, 3-4, 1-23.
- « — » (2021a). "Emblématique, dévotion, espace sacré : l'exemple de Jean Ier au monastère de Batalha" in Carla Varela Fernandes, Manuel Antonio Castiñeiras González (ed.), *Images and Liturgy in The Middle Ages Creation, Circulation and Function of Images between West and East in the Middle Ages (5th-15th centuries)*. Lisboa: Documenta, 521-550.
- « — » (2021b). "Revivalismos heráldicos novecentistas: os painéis de azulejos do palácio da Rosa", in Nuno Gonçalo Monteiro, Ana Leal de Faria (eds.), *Castelo Melhor e os seus tempos*. Lisboa: Atlantica-Lisbon Historical Studies, 217-256.
- « — » (2022). "Heraldry and the dynastic image of the nineteenth century Portuguese monarchy: the Palace of Cidadela, at Cascais", in Pierangelo Gentile, Leonardo Mineo, Miguel Metelo de Seixas, Isabel Corrêa da Silva (eds.), *Images of royalty in the Nineteenth and Twentieth Centuries. Tradition and Modernity in Italy, Portugal and Spain*. Torino: Accademia University Press, 176-214.
- « — » (2024). *Heráldica na Vila de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Seixas, Miguel Metelo de, Hiltmann, Torsten (2020). "Heraldic decor as a research problem. The Sala dos Brasões of the Sintra Palace and Heraldry in Medieval and Early Modern State Rooms", in Miguel Metelo de Seixas, Torsten Hiltmann (eds.), *Heraldry in Medieval and Early Modern State-Rooms. Towards a typology of heraldic programmes in spaces of self-representation*. Ostfildern: Thorbecke, 11-25.
- Silva, Raquel Henriques da (2010). *Arquitetura de veraneio. Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Urbano, Pedro (2012). "The everyday life on the Royal Household", in Maria de Lurdes Rosa (ed.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar / Caminhos Romanos, 409-419.
- « — » (2013). *Nos bastidores da corte: o rei e a Casa Real na crise da monarquia, 1889-1908*. Lisboa: tese de doutoramento em História

Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa.

Valdez, Rui Dique Travassos (1935). *Cartas de brasão modernas (1872-1910)*.

*Complemento ao Arquivo Heraldico-Genealogico do Visconde de Sanches
de Baêna*. Braga: Livraria Fernando Machado.

« — » (1944). “O brasão de armas do Conde de Castro Guimarães: estudo
heráldico”, *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*, 1.

« — » (1994). *Subsidios para a Heráldica Tumular Moderna Olisiponense*.
Porto: Livraria Esquina.

Vasconcelos, Francisco de (2003). *A Nobreza do século XIX em Portugal*.

Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da
Família da Universidade Moderna do Porto, 95-116.

Williams, Nicholas (2017). *Irish Heraldry. A brief introduction*. Portlaoise:
Evertime.

[texto escrito no antigo acordo ortográfico]

